



O Relatório sobre o estado da jurisdição da Internet na América Latina e no Caribe 2020, elaborado por Internet & Jurisdiction e CEPAL, apresenta os benefícios e desafios da integração digital na América Latina e no Caribe

O relatório sobre o estado da jurisdição da Internet na América Latina e Caribe 2020, elaborado pela Internet & Jurisdiction Policy Network e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL), destaca as iniciativas em política digital sendo levadas a cabo na América Latina e no Caribe. O Relatório descreve as principais áreas onde a harmonização é um desafio e apresenta um diagnóstico da cooperação a fim de estabelecer um mercado digital regional.

- *83% das partes interessadas concorda ou concorda fortemente que a implementação de iniciativas inovadoras, tais como “sandboxes” regulatórias, ajuda a fomentar o crescimento econômico.*
- *61% acredita que a natureza transfronteiriça da Internet facilita a interferência estrangeira no processo democrático.*
- *73% concorda ou concorda fortemente que existe uma demanda de coordenação para enfrentar os desafios legais transfronteiriços.*
- *81% das partes interessadas acredita que as abordagens regulatórias estrangeiras (por exemplo, da UE e dos EUA) inspiram iniciativas na região da América Latina e do Caribe.*

Apresentado na VII Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação da América Latina e do Caribe em 24 de novembro de 2020, o relatório sobre a situação da jurisdição da Internet na América Latina e no Caribe 2020 é baseado na metodologia pioneira presente no Internet & Jurisdiction Global Status Report 2019, combinando pesquisa documental detalhada com a coleta de dados regionais envolvendo as principais partes interessadas: estados, empresas de Internet, operadores técnicos, sociedade civil, academia e organizações internacionais.

"O Relatório descreve os desafios enfrentados pela região em seus esforços para a integração digital e como abordagens regulatórias de outras regiões inspiram ações nacionais. Busca fornecer uma

visão transregional do panorama político atual no sentido de apoiar um debate inclusivo e coerente.” Carlos Affonso de Souza, Professor e autor principal do Relatório Regional, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Diretor - Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio).

Ao traduzir informações altamente técnicas em informações acionáveis para os formuladores de políticas públicas, o Relatório revela as últimas tendências sobre questões-chave que vão desde o papel dos intermediários, a privacidade, a liberdade de expressão e também sobre start-ups, inteligência artificial e Internet das Coisas.

"Uma mensagem chave do Relatório é que é necessária uma maior coerência nas políticas para a construção de um ecossistema digital regional próspero e integrado. Ao estabelecer as principais tendências a respeito da gestão de desafios legais no continente, o Relatório pretende ajudar os formuladores de políticas a construir prioridades comuns baseadas em evidências", disse Bertrand de La Chapelle, Diretor Executivo e Co-Fundador da Internet & Jurisdiction Policy Network.

A pandemia de COVID-19 ressaltou a importância da economia digital, bem como os desafios que surgem quando as pessoas são deixadas para trás. À medida que as sociedades se tornam mais dependentes de bens e serviços digitais, são necessárias cada vez mais estruturas regulatórias transfronteiriças fortes capazes de lidar com as transferências internacionais de dados, com a privacidade, e com a segurança de dados.

"O Relatório procura fortalecer nossa compreensão de como progride a integração digital na América Latina e no Caribe e identifica oportunidades que podem ser aproveitadas para avançar em direção a um mercado digital regional harmonizado". Alicia Bárcena, Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Sobre a Internet & Jurisdiction Policy Network

A Internet & Jurisdiction Policy Network é uma organização multi-stakeholder que lida com a tensão entre a Internet transfronteiriça e as jurisdições nacionais. Sua Secretaria com sede em Paris facilita um processo político global no qual mais de 400 entidades-chave, incluindo governos, as maiores empresas de Internet do mundo, operadores técnicos, grupos da sociedade civil, academia e organizações internacionais de mais de 70 países, trabalham em conjunto. A rede busca reforçar a coerência política e a interoperabilidade jurídica, desenvolvendo em conjunto soluções operacionais.

Sobre a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada pela Resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social de 25 de fevereiro de 1948 e começou a funcionar nesse mesmo ano. Em sua resolução 1984/67 de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão deveria ser renomeada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e está sediada em Santiago, Chile. Foi fundada para contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, para coordenar ações destinadas a promovê-la e para fortalecer as relações econômicas dos países entre si e com outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi estendido aos países do Caribe e o objetivo de promover o desenvolvimento social foi incorporado.

O relatório e os gráficos podem ser baixados aqui:

<https://www.internetjurisdiction.net/news/release-of-internet-jurisdiction-and-eclac-regional-status-report-2020>

Contato com a mídia:

Sophie Tomlinson, diretora de comunicações e divulgação tomlinson@internetjurisdiction.net